

A UNIVERSIDADE NA OBRA DE ANÍSIO TEIXEIRA

Celira Caparica Santos

INTRODUÇÃO:

Os trabalhos expostos nesta monografia se restringem, propositalmente, aos escritos de Anísio Teixeira sobre a Universidade. Esta restrição foi feita levando-se em conta que, no tempo disponível, um estudo mais abrangente poderia tornar-se muito superficial, generalizado e, como tal, de pouca utilidade.

A intenção inicial de seguir um esquema proposto sob o tema "A universidade na obra de Anísio Teixeira", se tornou inviável porque suas idéias se caracterizam pela grande gama de problemas que abrangem. O mais conveniente foi deixar que o trabalho se desenvolvesse espontaneamente.

As palavras de Darcy Ribeiro, a respeito da obra escrita de Anísio Teixeira, são benéficas porque representam a expressão daquilo que instintivamente se sentia, já que a experiência da autora no campo da Educação é limitada e recente:

"A obra escrita de Anísio Teixeira constitui o mais profundo esforço de compreensão das condições em que atuam as nossas instituições educacionais e das perspectivas de desenvolvimento cultural que se abrem ao país. É feita, porém, quase exclusivamente, de estudos circunstanciais, escritos ao calor das inúmeras campanhas em que se empenhou como peças de combate e tomadas de posição diante dos mais diversos problemas educacionais. Dedicado às tarefas práticas da educação como pensador e como administrador, a um só tempo estudando e experimentando, planejando e pondo em execução, jamais contou com o tempo necessário para formular num sistema unificado o seu pensamento educacional".

"É por tudo isto, difícil para uma pessoa pouco familiarizada com os problemas da educação, dominar as linhas mestras do pensamento de Anísio Teixeira. Quem se disponha a fazê-lo, depara com alguns milhares de

páginas dispersas em livros, artigos, conferências e discursos, cada um dos quais de importância vital para compreender uma tese que ele não volta a tratar ou as condições em que certos programas foram elaborados e postos em prática”. (1)

O pouco tempo disponível para execução desta monografia não permitiu que se fizesse uma análise melhor da evolução do pensamento de Anísio Teixeira sobre a universidade. Mesmo assim, pode-se a grosso modo determinar três fases: a primeira fase se caracteriza pela crítica às Escolas Superiores isoladas, luta pela implantação de uma universidade integrada e crítica à Universidade enfim implantada. A segunda fase se caracteriza pela crítica à expansão indiscriminada dos Cursos Superiores. Finalmente, a terceira fase é a de uma proposta de universidade composta de graduação e pós-graduação, na qual aparece a grande contribuição de Anísio Teixeira que é o repúdio ao transplante cultural e a luta pela formação de uma cultura brasileira.

O CONCEITO DE UNIVERSIDADE

Para que se entenda o pensamento de Anísio Teixeira sobre a universidade é necessário que se leve em conta que ele considera como fator importante para o desenvolvimento econômico, político e social do país a formulação de uma cultura nacional com características próprias, e que o autor atribui à Educação e à universidade em particular, papel preponderante neste processo.

“Não se pode encomendar a nova cultura de que precisamos. Ela terá de vir como resultado de uma consciência mais aguda e mais inspirada do curso mesmo dos acontecimentos. E a universidade, especialmente, e, em vigor toda a educação deverão esforçar-se por ajudar a trazer à luz o novo estado de espírito e a nova interpretação da vida, necessários para as novas condições, novas contingências e novos progressos”.

“À universidade cabe trazer a contribuição mais significativa para a elaboração dessa nova cultura. Responsável pelo saber existente e pelo seu progresso, no meio brasileiro, e refletindo todos os problemas de formação nacional, já pelo seu corpo discente, composto de candidatos a todas as vocações de nível superior do país, já pelos planos e estudos organizados para atender à variedade e multiplicidade dos conhecimentos indispensáveis à formação dos quadros mais diversos das profissões, da ciência e da técnica, se constituirá a própria consciência nacional, no que ela tem de mais agudo e mais sensível,

(1) VÁRIOS — Pensamento e Ação — pág. 234.

cooperando assim, para a redireção de vida social, no sentido de formação democrática e moderna da cultura brasileira". (2)

Dentro deste contexto a universidade é concebida como centro de estudos de uma cultura nova em elaboração que deve ser descoberta e formulada para ser ensinada. A universidade deve criar: a Língua brasileira, a História brasileira, o Direito brasileiro, a Medicina brasileira, a Engenharia brasileira, a Ciência social brasileira, a Agronomia brasileira, as Ciências naturais brasileiras, a Tecnologia brasileira etc. ... (3)

Nesse aspecto o conceito do autor é radical e ele chega a afirmar:

"Todas as vezes que eu estiver dando uma cultura que não foi elaborada nacionalmente para ser ensinada, estarei prestando informações; não proporcionando educação". ... "A cultura realmente existente é a que estiver incorporada na sociedade em que eu estiver". (4)

A universidade é a "expressão concreta da cultura da sociedade em que está inserida". (5) Entretanto, Anísio Teixeira considera que a universidade não está exercendo o papel que ele lhe atribui:

"Todo movimento de reconstrução educacional brasileira é estranho à universidade", que permanece isolada e tranqüila. (6)

Três fatores principais parecem ser os empecilhos à criação da universidade que ele propõe:

1 – A dificuldade de se conseguir uma universidade autônoma e livre para atuar num regime autoritário:

"As circunstâncias que tornam a autonomia universitária um "problema", na América Latina, originam-se mais da própria instabilidade e insegurança da sociedade latino-americana do que da universidade propriamente dita".

"Com efeito, a sociedade latino-americana continua (...) uma sociedade baseada na autoridade e não no consenso e na coesão da sua popu-

(2) Anísio S. Teixeira, "Universidade: Institucionalização da Inteligência", **Pensamento e Ação**, pág. 302.

(3) Anísio S. Teixeira "Uma perspectiva da educação superior no Brasil", **R.B.E.P.**, 50, (111) pág. 44.

(4) Anísio S. Teixeira, "Uma perspectiva da educação superior no Brasil," **R.B.E.P.** 50, (111) pág. 29.

(5) A.S.T., "Nota sobre a universidade" **Educação no Brasil**, pág. 235.

(6) Anísio S. Teixeira, "Uma perspectiva da educação superior no Brasil, **R.B.E.P.** 50, (111) pág. 35.

lação. Daí, os hábitos de governo centralizado, a extraordinária amplitude das áreas de decisão, incorporada a textos de lei; o caráter uniforme; rígido e inflexível de sua burocracia, a natureza despótica e policial do exercício da autoridade em muitos setores. Em tal sociedade, o exercício da autonomia universitária é precária, salvo quando esta é concebida como privilégio outorgado por lei". (7)

2 — A tradição de transplante cultural, cujo resultado é uma instituição frágil e abstrata decorrente do fato de que as idéias se encontram na cabeça das pessoas e nos livros, e não na sociedade a que pertencem. (8)

Em conseqüência, temos uma elite de intelectuais muito cultos e um sistema educacional pobre e deficiente, desvinculado do meio em que está inserido, porque o professor é o único juiz do que vai ensinar ao aluno e a instituição o único juiz de seu programa e eficiência. (9)

3 — As forças do isolamento assumido pelas escolas superiores mais tradicionais numa resistência à mudança e da pressão estudantil à ampliação de qualquer maneira, atuando, ambas, contra as forças de renovação e reforma para adaptação à nova sociedade. (10)

ALGUNS FATORES HISTÓRICOS:

"O fato dominante dos últimos cinqüenta anos de vida brasileira, com referência à educação, é a expansão e fusão gradual dos dois sistemas escolares que serviram ao país em seu dualismo orgânico de duas sociedades, primeiro de senhores e escravos, depois de senhores e povo, e que se iriam integrar progressivamente na sociedade média em processo".

"Reflete-se na educação esse dualismo substancial, com a manutenção, desde a Independência, de dois sistemas escolares. (11) A escola primária e as escolas vocacionais, inclusive a escola normal, constituíam um sistema, o sistema popular de educação. O outro sistema, era o do ensino superior para a elite incluindo a escola, propedêutica ao ensino superior, a chamada

(7) Anísio S. Teixeira, "Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana", **R.B.E.P.**, 33, (78) pág. 55.

(8) Anísio S. Teixeira, "Uma perspectiva da educação superior no Brasil", **R.B.E.P.**, 50, (111) págs. 30 — 38.

(9) **Ibidem**, pág. 40.

(10) Anísio S. Teixeira, "Uma perspectiva da educação superior no Brasil" **R.B.E.P.**, 50, (111), pág. 44.

(11) Anísio S. Teixeira, "O Problema de Formação do Magistério", **R.B.E.P.**, 46 (104), pág. 278.

escola secundária, organizada por lei federal e mantido em poucos estabelecimentos". (12)

"Até a primeira guerra mundial a relativa estagnação econômica da sociedade brasileira pôde mantê-la dentro desse dualismo educacional..."

"Esta situação entra em crise após a primeira guerra mundial, com o encerramento da fase semicolonial de produção de matéria-prima e importação de bens de consumo e o início do processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira". (13)

Tem início então um processo tumultuado de expansão da escola secundária baseado em dois falsos conceitos principais:

a) "a concepção mística de que toda e qualquer educação tem valor absoluto e portanto, é útil e deve ser encorajada".

b) "a concepção de educação escolar como processo de passar, de qualquer modo, automaticamente, ao nível da classe média e ao exercício de ocupações leves ou de serviço e não de produção". (14)

Ocorre, então, uma mudança social radical:

"Se, até recentemente, a luta no país era para se compreender a necessidade de educação escolar, impondo-se uma verdadeira pregação para a criação de escolas e a sua aceitação pelo meio, agora é a população que se bate por escolas e, à míngua de maior esclarecimento, as deseja de qualquer modo boas ou más, improvisadas ou adequadas". (15)

O ensino da classe dominante se viu ameaçado de ser invadido pelos alunos provenientes da escola secundária.

"Para se defender da entrada maciça desses novos alunos, que fatalmente a transformariam, com os nossos interesses e aptidões diversificados das camadas sociais de que provinham, não teve outro recurso a escola superior senão o de dar caráter competitivo ao concurso vestibular e assim oferecer um último obstáculo para ajudá-la a manter a antiga identidade de escola para a elite social já existente e não para a formação de uma nova elite... (16)

*

(12) Anísio S. Teixeira, "A admissão ao ensino superior", **CAPES**, 111, pág. 1.

(13) Anísio S. Teixeira, "O Problema de Formação do Magistério", **R.B.E.P.**, 46, (104), pág. 279.

(14) Anísio S. Teixeira, "Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares Brasileiras", **R.B.E.P.**, 37, (86), pág. 76.

(15) Anísio S. Teixeira, "Padrões de Educação e Cultura", **Educação no Brasil**, pág. 76.

(16) Anísio S. Teixeira, "A admissão ao ensino superior", **CAPES**, 111, pág. 1.

“(…) entre 1 930 e 1 960 o que se processou no país foi um avanço da classe média em busca do ensino superior, antes reservadas apenas às classes altas. A escola superior, entretanto, manteve-se imperturbável no propósito de resistir a tal expansão. Sobretudo as escolas mais antigas firmaram-se nessa atitude. A expansão quantitativa das escolas superiores representou uma reação contra essa resistência. Como as escolas tradicionais, adotando o “numerus clausus”, em vez de se ampliarem, reduziram a sua capacidade de matrícula, criaram-se novas escolas em condições muitas vezes inferiores às que se produziam se se ampliassem as antigas, ou as em que funcionavam estas escolas tradicionais quando limitavam suas matrículas.” (16)

A idéia de que a maneira mais conveniente de expansão do ensino superior é ampliar as escolas de boa qualidade já existentes é uma constante em sua obra.

“Ao mesmo tempo em que as escolas se fecham, adota o País, para atender à pressão invencível da procura educacional, a solução de criar novas escolas, em vez de ampliar as existentes”. (17)

CRÍTICA À UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Apesar de, na década de 20, haver sido criada por lei a universidade brasileira, até 1 930 o ensino superior brasileiro era constituído de escolas profissionais independentes em que “o curso era um só, rígido e uniforme para todos os alunos”.

Duas tentativas foram feitas no início dos anos de 30 no sentido de criar uma universidade nos moldes considerados modernos; “em 1 934, São Paulo criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como escola central da universidade” (depois transformada em escola de formação de magistério)” e em 1 935 a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, criou uma universidade integrada pelas escolas de Economia e Direito, Filosofia e Letras, Ciências, Educação e um Instituto de Artes”. (18)

... “Estas reformas (...) criam uma universidade do tipo moderno, voltada à pesquisa e à formação do quadro do magistério secundário e superior e aberta a todos os egressos da escola média”. (19)

(17) Anísio S. Teixeira, “Uma perspectiva da educação superior no Brasil, R.B.E.P., 50 (111), pág. 36.

(18) Anísio S. Teixeira, “Uma perspectiva da educação superior no Brasil”, R.B.E.P., 50, (111), pág. 45.

(19) A.S.T., “O estado atual da educação”, R.B.E.P., 39 (89), pág. 8.

Após o malogro destas propostas, em 1937 foi implantada a Universidade do Brasil a partir do modelo já existente, isto é, escolas profissionais independentes.

Neste período, com a eclosão do processo de industrialização e o desenvolvimento dos “meios de comunicação mental e material”, surge o confronto de duas forças opostas:

a) a procura popular em massa da escola “na expectativa de automática ascensão social”;

b) a estrutura educacional já instalada com seu poder representado pelos seus professores.

Estas forças impediram se implantasse uma universidade do tipo que Anísio Teixeira pleiteia: “umas escolas completando as outras para o programa diversificado mas uno, de toda a universidade”. (20)

A universidade brasileira foi então criada como “um conjunto de escolas isoladas sob uma autoridade comum, mais nominal e burocrática, do que administrativa e acadêmica”. (21)

Diante da ameaça de ser ocupada pela população em busca de oportunidades educacionais, a universidade — cuja força é representada por seus professores — nem se tornou instituição de ensino superior, nem atendeu aos clamores para sua expansão e diversificação, mas tornou-se conservadora sob o escudo da distância do público e da sociedade. (22)

Esta resistência por parte da universidade é um reflexo da resistência de seus professores a modificações estruturais e filosóficas que pudessem alterar suas posições alcançadas com grande esforço.

“As escolas não aceitam ser ampliadas porque isso representaria a multiplicação de professores e o deslocamento de valores dentro de cada escola. Criem-se mais escolas, mas não toquem em mim.” (23)

Anísio Teixeira considera que esta posição pôde ser adotada devido aos seguintes fatores:

(20) A.S.T., “Notas sobre a Universidade”, **Educação no Brasil**, pág. 231.

(21) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior no Brasil”, **R.B.E.P.**, 50, (111), pág. 39.

(22) A.S.T., “Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil”, **R.B.E.P.**, 50, (111), pág. 39.

(23) **Ibidem**, pág. 36.

1 — O tipo de educação em que se formam os professores universitários:

“No Brasil, a cultura isola, diferencia, separa. Por quê? Porque os processos para adquiri-la tão pessoais são e diversos, e os esforços para desenvolvê-la tão hostilizados e tão difíceis, que o homem culto, à medida que se cultiva, mais se desenraíza, mais se afasta do meio comum, e mais se afirma nos exclusivismos e particularismos da sua luta pessoal pelo saber.” (24)

2 — Da auto-suficiência e autoridade delegada aos professores somada à falta de vinculação da escola com a comunidade.

Nesse aspecto, Anísio Teixeira (embora ele próprio admita o radicalismo de suas palavras) cita o exemplo da universidade norte-americana, dizendo que nos Estados Unidos:

“Porque a escola é fruto da comunidade, a universidade, o reitor, o professor devem refletir a comunidade, de atender a seus problemas, de entrar em correspondência com ela; enfim, obriga a escola a ser a menos remota, a menos distante, a menos “superior” das instituições.”

Opostamente no Brasil, “embora as escolas estejam sob o controle da lei e do governo nos aspectos de organização e finanças, no que diz respeito ao ensino tem o professor realmente soberania. São “magistrados” do “saber” pondo e dispondo a respeito do que seja este “saber”. (25)

“A universidade não é uma agência a lidar com um problema exterior que lhe cabe resolver, mas uma sociedade de professores enfudados em seus interesses que se preservam de qualquer alteração mesmo quanto ao número de sócios da companhia.” (26)

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Decorrente da pressão das massas populares, da Lei de Diretrizes e Bases e do isolamento das escolas já estabelecidas, ocorre, paralelamente “a improvisação crescente de escolas superiores, sobretudo aquelas em que a ausência de técnicas específicas permite a simulação do ensino ou o ensaio simplesmente expositivo, como as de economia, direito e filosofia e letras.” (27)

(24) A.S.T., “A comunhão universitária”, Pensamento e ação, pág. 293.

(25) A.S.T., “Confronto entre a Educação Superior dos E.U.A. e a do Brasil”, R.B.E.P., 33 (78) pág. 70.

(26) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, R.B.E.P., 50, (111) pág. 40.

(27) A.S.T., “Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras”, R.B.E.P., 37 (86) pág. 77.

A crítica de A. Teixeira sobre este processo como já foi salientado é intensa:

“Resistindo à idéia de planejamento econômico e financeiro, insinuamos, implicitamente, que se pode fazer educação sem dinheiro, animando campanhas de educandários improvisados e crenças ainda menos razoáveis de que toda a educação pode ser gratuita, para quem quiser, do nível primário ao superior, sejam quais forem os recursos fiscais.” (28)

O autor chama de educação tipo atirar-no-que-viu-e-matar-o-que-não-viu, a essa educação.

Tal expansão — em desenvolvimento até os nossos dias — é um dos fatores que impedem a reforma do ensino superior como Anísio Teixeira a idealiza, já que fortalece o tipo de educação em vigor, porque absorve a massa de estudantes excedentes, os quais, de outra forma, forçariam a ampliação das escolas de melhor nível.

“Daí dizer eu que a expansão do ensino superior é a consolidação do subdesenvolvimento da universidade. Sua expansão longe de ser uma reforma é a consolidação do “estabelecido”. Torna muito mais difícil a reforma.” (29)

A Lei de diretrizes e bases fortaleceu ainda mais este sistema porque incentivou o ensino particular e a exploração comercial da procura social da educação. A crítica de Anísio Teixeira a este aspecto do ensino superior (expansão indiscriminada) é veemente.

“Considero hoje, a expansão do ensino brasileiro o caso mais espantoso e grave de charlatanismo e de demagogia, porque não estamos dando o ensino que devíamos à sociedade brasileira (...). Cria-se o ensino superior hoje com mais facilidade do que uma escola primária. Há Estados cujos padrões escolares exigem para se criar uma escola primária, professor e prédio. A escola superior, nem de prédio precisa. Posso criá-la como quiser, num andar de um edifício, numa escola primária em funcionamento ou passar a ter a escola superior à noite, num ginásio ordinário.” (30)

Como um exemplo gritante, Anísio Teixeira cita o da escola de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade do Rio de Janeiro:

(28) *Ibidem*, pág. 77.

(29) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 49.

(30) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 49.

“Não conseguiu sequer prédio próprio, funcionando há cerca de 30 anos num prédio alugado, de propriedade de uma nação estrangeira, não dispondo das mais elementares condições para um prédio de escola universitária, embora seja a escola de mais alta matrícula da referida universidade”.

“Cito este fato porque não há nada mais expressivo:

na maior universidade do Brasil, a Universidade Federal do Rio de Janeiro rica, poderosa, com um programa que data de trinta anos. Há uma escola que, possuindo o maior número de matrículas de toda a Universidade, não conseguiu prédio próprio.” (31)

“A educação superior passou a ser algo de uniforme e homogêneo, que se expande como se expande a escola primária”. (32)

É importante que se analise alguns dados fornecidos pelo autor como embasamento à sua crítica.

EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL — VISÃO GLOBAL (33)

até república	1 808 — 1 890 —	14	Escolas Ensino Superior
1ª república	1 890 — 1 930 —	86	Escolas Ensino Superior
ditadura	1 930 — 1 945 —	181	Escolas Ensino Superior

Criação das Universidades:

1 945 — 1 960 —	+ 223 =	404	
1 960 — 1 967 —	+ 265 =	671	
1 930 a 1 967 —	86 —	671	Escolas de Ensino Superior
(+ 7 anos) (+ 7 vezes)			

Matrícula:

1 930	14 000	alunos
1 966	180 000	alunos
1 967	+ 200 000	alunos

Houve então a “maior expansão registrada no mundo”, com “multiplicação dos estabelecimentos e diversificação dos cursos nos já existentes.”

(31) *Ibidem*, pág. 48.

(32) *Ibidem*, pág. 49.

(33) *Ibidem*, pág. 49.

Tínhamos em 1 967, segundo Anísio Teixeira, "671 universidades de 21 tipos que ministravam 59 especializações".

EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES (1 960 – 1 967)

- 13 universidades federais
- 4 universidades privadas católicas
- 3 universidades privadas leigas
- 1 universidade estadual
- 255 unidades docentes novas sendo 89 oficiais.

A EXPANSÃO DO ENSINO PARTICULAR

O surto de escolas "após 1 960 sofreu a influência da Lei de Diretrizes e Bases que acentuou a cooperação da atividade privada, no campo da Educação".

Em 1 966 dos 180 000 estudantes universitários brasileiros 82 000 são estudantes das escolas particulares (quantidade maior do que o número de estudantes de todo Brasil em 1 956).

Entretanto, a predominância são nos cursos de Administração e Economia, da F.F.C.L. e de Direito (60 000) porque estes cursos não exigem equipamentos, só professor e a sala de aula.

Outros cursos:	Engenharia e Arquitetura	— 10 000
	Medicina	— 1 300
	Odontologia	— 5 400

DIVERSIFICAÇÃO DAS CARREIRAS (após 1 937)

Do total de alunos (1 966), 43 % (79 200) estão em carreiras novas criadas após 1 937:

F.F.C.L. (113 estabelecimentos) — 44 800 alunos seus cursos podem ser divididos em 4 grupos:

- A — Ciências Sociais — 15 %
- B — Matemáticas, Físicas e Químicas — 6 %
- C — Ciências Biológicas e Naturais — 24 %
- D — Humanística — 55 %

46 % — carreiras já existentes:

Medicina	}	84 304
Direito		
Engenharia		
Psicologia		
Arquitetura		

Farmácia	}	4 852
Odontologia		
Agronomia		
Veterinária		

	1 956	1 966	% 1 956 — 100
	matrículas	matrículas	
Pop. Total	60 080	84 670	140 %
Medicina	12 650	17 152	136
Engenharia	7 798	26 603	180
Direito	20 155	36 363	341
Psicologia	97 (1 957)	1 412	1 456
Agricultura	1 274	4 852	381
Farmácia	1 621	2 619	162
Odontologia	4 800	6 794	141
Veterinária	730	1 991	273
Filosofia e Licenciatura	13 566	44 802	330
Ciências Econômicas	5 749	24 027	418
Carreiras curtas de base técnica	6 600	7 390	160
Carreiras curtas de base artística	—	3 200	—

“Não se poderá proceder a uma avaliação desses estudos, sem levar-se em conta a multiplicação das escolas. Não se trata de um aumento de matrículas em escolas experimentadas e consolidadas, com professorado competente, mas de maior matrícula devido à criação de escolas novas sem tradição e

com professorado improvisado. O fato já mencionado de que o País só amplia o ensino com a criação de novas escolas constitui um exemplo típico e melancólico da asserção, tantas vezes repetidas, de que mais educação significa pior educação." (34)

É válido mencionar neste ponto que Anísio Teixeira não aceita a idéia de que qualquer educação, por pouca que seja é um bem. O autor defende a idéia de uma educação adequada a um fim útil. A educação é mais necessidade para a sociedade do que bem para o indivíduo.

"A educação faz-se, assim, necessidade perfeitamente relativa, sem nenhum caráter de bem absoluto, sendo boa quando, além de eficiente, for adequada e devidamente distribuída. Já não nos convém qualquer educação dada de qualquer modo. Deste tipo já é a que recebemos em casa e pelo rádio e pelo cinema. A educação escolar tem de ser determinada educação, dada em condições capazes de torná-la um êxito, e a serviço das necessidades individuais dos alunos em face das oportunidades do trabalho na sociedade." (35)

A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Segundo Anísio Teixeira a reestruturação da universidade (ocorrida em 1961) surgiu da necessidade premente de atualização para acompanhar a corrida tecnológica dos nossos dias.

"Todo saber foi transformado e se está transformando, e a necessidade de estar em dia com a cultura fez-se absorvente e, de certo modo, angustiada." (36)

A consciência de que a modificação contínua do mundo atual exige um ensino superior atualizado, voltado mais para o futuro do que para o passado, "levou o País ao propósito de reestruturar, senão todo ensino superior, pelo menos o ensino universitário". (37)

Esta reestruturação foi feita tendo como bases duas leis que Anísio Teixeira considera antagônicas: a lei que organizou a Universidade de Brasília e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

(34) A.S.T., "Uma perspectiva da educação superior do Brasil", **R.B.E.P.**, 50, (111) pág. 57.

(35) A.S.T., "Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras", **R.B.E.P.**, 37, (86) pág. 75.

(36) A.S.T., "Uma perspectiva da educação superior do Brasil", **R.B.E.P.**, 50, (111) pág. 58.

(37) *Ibidem*, pág. 58.

Antagônicas porque: enquanto a lei de Diretrizes e Bases era “timorata e cuidadosa”, abrindo “certas oportunidades de reforma, muito modestas”, a da Universidade de Brasília (Un B), era bastante radical. (38)

A implantação da lei da organização da Un. B. seria “exequível porque iria partir do marco zero” e “somente seria viável se começasse como um centro de estudos superiores, de onde nascesse uma escola de pós-graduação e depois, a escola de graduação.” (39)

Tal idéia entretanto não pode frutificar porque a pressão local obrigou à implantação imediata da Universidade.

O que Anísio Teixeira considera um erro foi a incorporação em 1967 dos dispositivos da lei que criou a Un. B. a todas as universidades federais, porque as outras universidades já estavam em funcionamento e não podiam ser modificadas tão radicalmente pelo simples fato de haverem dispositivos legais dispostos neste sentido. Neste caso, a reforma “gradual e por setores” é uma constante na obra de Anísio Teixeira:... “um sistema de ensino com 160 anos de existência (escrito em 1968) e que, nos últimos 30 anos se viu ampliado em proporções incríveis, e isto pela simples razão de ser o que era — conservador, fechado — não pode ex-abrupto ser modificado para um modelo ideal que se plasmou mentalmente.” (40)

“Minha dúvida sobre a exequibilidade de tão radical medida assenta no fato de que a reforma requer mudança profunda, tanto do professor quanto do aluno, mudança que não se pode fazer nas universidades já existentes. Para a reforma de uma universidade já constituída e cujo professorado não se possa remover, a reforma tem de ser gradual e por setores, não se podendo operar a mudança global subitamente.” (41)

Anísio Teixeira considera esta reforma feita “no gênero de declarações e afirmações revolucionárias”, “o ato final consumatório de longo processo de deterioração de nosso ensino superior.” (42)

As considerações que serão feitas a seguir, baseiam-se no artigo “Uma Perspectiva da Educação Superior no Brasil” (1968).

(38) *Ibidem*, pág. 59.

(39) *Ibidem*, pág. 59.

(40) A.S.T., “A universidade e a inquietação pela reforma”, *Educação no Brasil*, pág. 237.

(41) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111), pág. 59.

(42) *Ibidem*, pág. 71.

Neste artigo, o autor fornece como suporte de suas declarações o plano de reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e “a nova estrutura resultante do seu projeto de estatutos”.

Sua opinião sobre a reforma é a de que, embora não pareça ter provocado “qualquer modificação substancial na situação, não se pode, negar haver paradoxal receptividade para mudanças de caráter organizatório e para uma possível ação coordenadora das atividades do ensino superior”, (...), “embora ninguém veja, com clareza, como a nova disposição das forças de decisão e orientação venha a atuar na prática, não havendo previsão das conseqüências possíveis.” (43)

Três aspectos são salientados sobre a reestruturação:

- 1 — A introdução nas universidades da pesquisa e da pós-graduação.
- 2 — A supressão da cátedra e do professor catedrático.
- 3 — A adoção do curso básico e dos institutos centrais.

1 — A INTRODUÇÃO DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO

O autor mostra, em seu trabalho, que a introdução da pesquisa na universidade apenas se esboça no plano de reestruturação porque, embora tal idéia seja amplamente esclarecida no enunciado nos objetivos das universidades, não existe especificação dos meios para atingir tais objetivos.

“O programa da universidade é um programa de cursos, não havendo, na enumeração das atividades, menção à pesquisa, salvo a observação de que os cursos “serão desenvolvidos tendo em vista a integração do ensino e da pesquisa”. (44)

Anísio Teixeira não aceita a maneira como as duas funções da universidade ensino e pesquisa são confundidas e identificadas. Isto é compatível com a idéia que o autor faz da universidade, em que a pesquisa deve ser feita na escola de pós-graduação e os conhecimentos assim elaborados, ensinados na graduação.

“A expressão “integração do ensino e da pesquisa” parece subentender que todo o ensino é integrado com a pesquisa. Ora, há ensino e há

(43) *Ibidem*, pág. 70.

(44) *Ibidem*, pág. 61.

pesquisa, a integração só podendo efetuar-se no caso da escola de pós-graduação, quando o estudante está em condições de se associar à pesquisa.”

“... Em rigor, pode-se conceber uma universidade que não faça pesquisa; o que não é permissível é a Universidade que não ensine. As duas atividades são diferentes, sendo desejável que o ensino se faça como preparação para a pesquisa, daí a conveniência de ser o método de ensino o da redescoberta do conhecimento. Depois de adquirir o conhecimento existente, é que o professor ou o estudante se torna capaz de utilizar esse conhecimento existente para pesquisar o novo conhecimento. A pesquisa é uma atividade que se exerce normalmente na fase pós-graduada de estudos. A integração com o ensino é a de admitir como auxiliares ou estagiários de pesquisa estudantes dos cursos de graduação, que se revelem promissores para a pesquisa. Só nesses casos haverá simultaneidade relativa entre o ensino e a pesquisa.” (45)

2 – SUPRESSÃO DA CÁTEDRA E DO PROFESSOR CATEDRÁTICO

Esta extinção para o autor foi apenas consumatória porque com o crescimento do número de professores, os catedráticos já tinham gradativamente perdido a função de “detentores do poder de ensinar”.

“O golpe agora dado aos catedráticos foi uma simples pá de cal a uma instituição praticamente morta”. (46)

3 – A ADOÇÃO DO CURSO BÁSICO E DOS INSTITUTOS CENTRAIS

O Curso Básico:

Na reestruturação os cursos de graduação foram desdobrados em dois ciclos: um básico e um profissional.

Entretanto, Anísio Teixeira critica a falta de autonomia, falta de definição de propósitos e falta de terminalidade de tais cursos básicos:

“Ficaram apenas esboçadas e mesmo confusas as separações entre curso básico e as seqüências desse curso no campo profissional e no acadêmico e a continuação nos cursos de pós-graduação. Os professores são comuns a todos os cursos, o que me parece altamente inviável e os alunos se distribuem verticalmente sem mais vivas distinções.” (47)

(45) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, R.B.E.P., 50, (111), pág. 61.

(46) *Ibidem*, pág. 71.

(47) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, R.B.E.P., 50, (111), pág. 79.

Os Institutos Centrais:

A reforma introduziu uma distinção entre faculdades (ou escolas) e institutos.

A faculdade destina-se a “ministrar o ensino de ciclo profissional de um ou mais cursos de graduação de uma profissão geral.”

O instituto “é uma unidade de ensino e pesquisa em um setor de conhecimento fundamental.” (48)

Nesse aspecto o autor aponta duas falhas principais: a primeira é o paradoxo criado porque a descrição da estrutura indica ser a pesquisa atribuição só dos institutos, mas todas as unidades são de ensino e pesquisa.

“A descrição da estrutura prevista pelo plano, ao indicar as “finalidades” dos institutos, dispõe que lhes cabe “instituir e desenvolver programas de pesquisas e de aplicação de conhecimentos”, parecendo reconhecer que a pesquisa é atribuição dos institutos e não da escola ou faculdade, com o que ficaria limitada a “integração do ensino e da pesquisa” aos institutos e nos cursos em que isso seja possível. Corrobora esta suposição competir-lhe oferecer cursos pós-graduados. Entretanto, esta interpretação não parece válida em face da organização das unidades universitárias, todas elas consideradas de ensino e pesquisa.” (49)

A segunda falha seria que estes institutos podem fornecer desde o curso básico até cursos de pós-graduação, mas em um único setor de saber, que os projetos de reestruturação chamam de área”, o que possibilita a continuidade do isolamento das escolas.

“Terão de dar cursos básicos, cursos propedêuticos, talvez cursos de carreiras curtas, cursos regulares formação de especialistas acadêmicos, cursos dessa natureza para a escola de educação e cursos de pós-graduação. São cursos diversos em métodos, em objetivos, em destinação. Quais irão prevalecer? Que atmosfera, que clima, que espírito marcará a instituição? Confesso que não sei. Mas, além disto, é uma experiência nova no sentido de que seu campo é um único setor de saber, que os projetos de reestruturação chamam de área. São algumas áreas tão extensas que o perigo da segregação isolamento será evitado. Mas em outras a segregação é manifesta. Não consigo imaginar com clareza o funcionamento desses institutos, sobretudo porque verticalmente eles incluem todos os níveis e aspectos do ensino superior e horizontalmente acho-os

(48) *Ibidem*, pág. 63.

(49) *Ibidem*, pág. 63.

mais isolados do que as antigas escolas soberanas e auto-suficientes. O assunto merece estudo ponderado e profundo.” (50)

Além desses pontos, Anísio Teixeira analisa que pouca ênfase é dada às funções do professor e do aluno como principais atuantes da nova estrutura e de cuja atuação depende a viabilidade do plano.

“Meu receio ante a nova estrutura planejada está em que não vejo a necessária ênfase em novo professor e em novo aluno, que a nova universidade impõe. A simples mudança de estrutura sem a renovação de programas, de métodos, de professores e de alunos pode vir a deixar tudo no mesmo, embora os nomes e a disposição das coisas ou elementos da situação sejam diferentes.” (51)

Finalmente, Anísio Teixeira critica a falta de proposição de metas a serem alcançadas pela nova estrutura.

“Ainda mais me admira, depois de mudanças externas tão radicais que não se diga uma palavra sobre o aumento quantitativo do rendimento do ensino, sobre a possibilidade de novos cursos, sobre o aumento de alunos que a reforma vai proporcionar.” (52)

O CORPO DISCENTE DA UNIVERSIDADE

O problema do vestibular

Diante da procura dos cursos superiores em número maior que o desejado, surge o problema da admissão à universidade. Como selecionar os alunos que comporão o “*numerus clausus*” estipulado pelas faculdades ?

Em seu trabalho “A admissão ao Ensino Superior” (1962), Anísio Teixeira faz uma análise muito aguda do papel de vestibular, como:

- 1 — Processo técnico de limitar o número de vagas das escolas.
- 2 — Agente catalisador dos “*cursinhos*” de preparo ao exame que atuam como discriminadores sociais porque cobram taxas elevadas.
- 3 — Autor da marginalização do ensino secundário porque este, normalmente, não prepara para o exame de admissão ao curso superior. (53)

(50) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, **R.B.E.P**, 50, (111) pág. 81.

(51) **Ibidem**, pág. 81.

(52) **Ibidem**, pág. 81.

(53) A.S.T., “A admissão ao ensino superior” **CAPES**, 111, pág. 1.

“As contradições que o problema da admissão à Universidade apresenta, são entre outras, as do estabelecimento do “*numerus clausus*” de natureza especiosa nos exames de admissão, versus a expansão indiscriminada de escolas superiores; a do não reconhecimento da eficácia do ensino secundário pela universidade versus a grande expansão desse ensino, em condições cada vez mais inadequadas; a da criação de uma escola “*oculta*” — sem reconhecimento oficial — resultante das exigências cada vez mais restritivas de ingresso ao ensino superior, cobrando anuidades cada vez mais altas e, deste modo, dificultando o preparo de alunos pobres versus a manifesta ineficiência dos estudos superiores, com professor de tempo parcial, alunos também de tempo parcial, e condições de trabalho e de equipamento consideravelmente inadequadas.” (54)

Estes exames feitos em geral por professores universitários, não avaliam os estudos feitos no 2º grau, nem têm tal pretensão:

“Geralmente, ao contrário dos demais exames, este não se preocupa em relacionar-se com o que foi “*ensinado*” ao aluno, isto é, (...) o que foi dito e por ele ouvido em aula. Diante disto, é claro que o exame é uma prova no escuro. O aluno aprovado sente-se um pouco como se tivesse tirado um prêmio na loteria. A expressão social é de ter sido “*feliz*” no exame, no sentido de haver estado com sorte.” (55)

CARACTERÍSTICAS DO PESSOAL DISCENTE DA UNIVERSIDADE

Após os resultados dos exames vestibulares das grandes universidades temos: os reprovados, que Anísio Teixeira chama de “*mundo ludibriado pelas escolas*” e os aprovados que são absorvidos.

Estes aprovados caracterizam-se pela heterogeneidade porque são provenientes de escolas muito diferentes, embora os currículos tenham sido uniformes.

“É preciso se recorde que currículo no Brasil, é uma lista de disciplinas que deverão ser ensinadas em certo número de anos, com certo número de aulas. Quanto ao programa de cada disciplina poderá existir mas não é, de modo geral, conhecido.” (56)

(54) *Ibidem*, pág. 2.

(55) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 73.

(56) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 72.

“Apesar das dificuldades do vestibular o aluno nele aprovado e que logrou matricular-se não é um grupo homogêneo e altamente selecionado. As dificuldades se distribuem por vários graus, conforme a carreira ou o curso escolhido, a escola procurada, os professores que elaboraram a matéria do exame e conforme os apuradores e julgadores dos resultados.” (57)

“O que lhe dá categoria de grupo social é o sentimento de privilégio que lhe vem do fato de ter chegado ao ensino superior; mas veja-se bem, não é o de que pertença cada jovem ao grupo economicamente privilegiado da sociedade. A grande maioria é economicamente modesta e proveniente da pequena classe média. Os estudantes da classe abastada devem estar em escolas privadas ou em algumas escolas públicas de reconhecido prestígio social. O grupo, como um todo, não é um grupo de jovens socialmente privilegiados. Sua categoria de privilégio é restrita ao fato de serem poucos os estudantes de ensino superior”. (58)

Anísio Teixeira destaca as barreiras que estes estudantes encontrarão na universidade:

- 1 — falta de assistência do professor, obrigando o aluno a uma aprendizagem autodidata;
- 2 — poucas condições de estudo;
- 3 — ausência de inter-relação entre as escolas, falta de espírito universitário;
- 4 — currículo: rígido, imposto, enciclopédico, transplantado, propedêutico;
- 5 — débeis possibilidades de participação no processo de formulação do ensino.

1 — A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

“O contato entre o professor e o aluno na maior parte das vezes reduz-se ao encontro em aula. Como, muitas vezes a sala é numerosa, esse contato reduz-se para o aluno a ouvi-lo e raramente fazer-lhe uma pergunta, ou dar-lhe uma resposta. E nisto se desfaz o tempo e a qualidade do ensino. Como se vê, o contato entre o professor e o aluno é menor do que o do aluno com o autor de um livro que tenha realmente lido e estudado. Quanto a dirigir os estudos do aluno, a função é extremamente perfunctória.” (59)

(57) *Ibidem*, pág. 73.

(58) *Ibidem*, pág. 74.

(59) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 72.

2 – AS CONDIÇÕES DE ESTUDO

“As escolas raramente lhes oferece espaço além da sala de aula, nas horas de aula. As bibliotecas são raras, pequenas e mal equipadas. Parece que têm de comprar seus livros e que o tempo de estudo será predominantemente em casa. Mas, não deve isto ser fácil, pois a maioria deve residir em apartamentos ou casas sem maiores facilidades para o estudo. Deve ser um pequeno milagre a vida do estudante realmente estudioso ou apaixonado por ler. As instruções do Conselho Federal de Educação sobre a medida do tempo do curso em horas de trabalho exclui expressamente o estudo individual. A exclusão é surpreendente, mas indica o grau em que o educador brasileiro julga o ensino superior como equivalente ao primário, sendo a aula o real período de trabalho escolar e, portanto, o ensino ainda o oral, podendo-se até prescindir do livro a ser substituído pela apostila, sucessora das velhas sebtas de Coimbra.” (60)

3 – A UNIVERSIDADE

“Este estudante, até agora, nem nominalmente é aluno da universidade. Sua matrícula é na escola; esta, em sua maioria, se acha fisicamente distante da outra escola e sua experiência se reduz à da escola de que é aluno.” (61)

4 – O CURRÍCULO

“O curso, no Brasil, é uma série de disciplinas, organizadas com certa lógica e dadas por vários professores em dado número de anos.” (62)

Destas disciplinas, “um grupo é imposto pelo Conselho Federal de Educação como currículo mínimo e outras impostas pela escola, sendo, acredito relativamente rara a de escolha do aluno. (...) O mais grave é a tradição do conceito enciclopédico do currículo.” (63)

Anísio Teixeira salienta que, numa tentativa de oferecer ao estudante um curso que abarque todas as facetas da especialidade, as escolas organizam um currículo muito extenso, de pouca utilidade.

(60) *Ibidem*, pág. 74.

(61) *Ibidem*, pág. 74.

(62) A.S.T., “Uma perspectiva do ensino superior no Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 52.

(63) *Ibidem*, pág. 75.

“Depois de o saber ter atingido o grau de desenvolvimento e de especialização a que chegou, só é possível o saber sobre muito pouco, muito profundamente, e nunca sobre muito porque seria muito e mal. A universidade brasileira está a tentar ensinar muito e muito mal (...). As outras universidades fazem exatamente o oposto.” (64)

Recebendo um curso superficial e baseado em livros, que, por sua vez, se baseiam na cultura de outros países os egressos da universidade não são capacitados adequadamente para colocar em prática os conhecimentos recebidos ou formar uma cultura nacional.

Os cursos são apenas “processos de familiarização superficial com a cultura fundamentalmente europeia, susceptível de nos fazê-la compreender mas não de aplicá-la adequadamente.” (65)

Assim, a formação do aluno será apenas propedêutica à profissão, para a qual o diplomado irá-se formar pela prática, depois de deixar a escola. (66)

5 – A PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE

No artigo “A universidade e a sua missão” (ref. 2) Anísio Teixeira indaga: “Que sucedeu para que a participação do estudante dramática e ruidosamente pleiteada chegue a parecer revolução ? ” (67)

O autor acredita que isto seja uma conseqüência do gigantismo das universidades, da extrema complexidade dos estudos e da ênfase na pesquisa e na atração de cérebros com desprezo pelo ensino e pelo estudante.

É importante observar que Anísio Teixeira, ao criticar o plano de reestruturação da Universidade brasileira escreve:

“Em rigor, pode-se conceber uma universidade que não faça pesquisas; o que não é permissível é a Universidade que não ensine.” (68)

Entretanto, em “A Universidade e a sua missão” o autor admite que é isto o que está ocorrendo em nossas Universidades, cuja preocupação central é a pesquisa e na qual o aluno é marginalizado. (69) A atuação do estudante se restringe aos diretórios acadêmicos.

(64) *Ibidem*, pág. 53.

(65) *Ibidem*, pág. 75.

(66) *Ibidem*, pág. 34.

(67) A.S.T., “A universidade e sua missão”, *Educação no Brasil*, pág. 234.

(68) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 61.

(69) A.S.T., “A universidade e sua missão”, *Educação no Brasil*, pág. 234.

“Os estudantes que freqüentam estas salas são estudantes ativas, devotados de algum modo às filigranas da existência comunitária dos alunos, constituindo núcleos reduzidos, que, com o vazio da vida escolar, se tornam facilmente estudantes políticos no sentido melhor possível do termo. São os estudantes de sentimento público, sensíveis às dificuldades do próprio grupo e às dificuldades gerais do povo brasileiro.” (70)

OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

“E a grande transformação moderna que é a escola de pós-graduação, a escola que irá formular o conhecimento humano para ser ensinado, não chegou a existir no Brasil. Nosso problema hoje, em 1968, era o problema de Humboldt na Alemanha em 1809, e era o problema da América em 1875. (...) Se formos felizes, dataremos da próxima década de 1970 a nossa fase de pós-graduação.” (71)

Vale salientar que o autor considera importante a pesquisa para formulação de novos conhecimentos, mas também enfatiza a necessidade de que os conhecimentos adquiridos sejam ministrados na graduação. Não ocorre aqui negligência pelo ensino, ao contrário:

“Não sendo possível, nem de modo algum recomendável, reter a expansão que vem tendo o ensino superior, na sua modalidade latino-americana de ensino superior de massa, só a criação do ensino pós-graduado poderá vir a ser o instrumento para a possível correção dos males desse ensino e a restauração dos verdadeiros padrões de ensino superior”. (72)

O QUE ANÍSIO TEIXEIRA DEFENDE

A REFORMA:

A reforma deverá ser feita a partir de uma mudança na filosofia da política educacional. Anísio Teixeira propõe “elevar a educação à categoria do maior problema político brasileiro”. (73)

(70) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 74.

(71) *Ibidem*, pág. 47.

(72) A.S.T., “A reforma em andamento”, *Educação no Brasil*, pág. 241.

(73) VÁRIOS. Pensamento e ação pág. 86.

A reforma será gradual e por setores nas universidades já em funcionamento.

A reforma exige uma preocupação muito grande com a formação do magistério:

“Somente pela reformulação integral nos moldes e padrões da formação do magistério será possível injetar na expansão desordenada do sistema escolar as forças de revisão, reforma e correção que se impõem para a sua gradual reconstrução. (74)

“Essa conjuntura, que é a de fazer o difícil e fazê-lo em grande escala e depressa, obriga-nos a planejar a formação do magistério no Brasil em termos equivalentes aos de uma campanha para formação de um exército destinado a uma guerra já em curso. Isso deve forçar-nos à mobilização de todo o sistema escolar para o ataque ao problema de formação de um magistério em ação, associando o seu treinamento à prática mesmo no ensino. Será, para manter a comparação com a necessidade bélica, um treinamento em batalha.” (75)

A expansão do ensino superior será, sempre que possível, pela “fusão, integração, cooperação das escolas.” (76)

Anísio Teixeira propõe um ensino para cada região do país de acordo com suas necessidades.

Após afirmar que todos os Estados querem ter a sua universidade o autor escreve:

“Não seria mal que tivessem, mas na medida que sua riqueza o permitisse” e não, absorvendo os recursos federais que deverão “destinar-se à educação primária, prática e técnica da população escolar do Estado.” (77)

Para viabilizar tal idéia o autor sugere:

1 — A escola não classificatória:

“Os títulos e diplomas somente valerão como suposição de preparo o qual deverá ser comprovado perante as organizações profissionais que terão o poder de conceder as “licenças” profissionais, inclusive para o magistério.” (78)

2 — O ensino regionalizado com

(74) A.S.T., “O Problema de Formação do Magistério”, **R.B.E.P.**, 46, (104) pág. 284.

(75) A.S.T., “Escolas de Educação”, **R.B.E.P.**, 51, (114) pág. 240.

(76) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, **R.B.E.P.**, 50, (111) pág. 45.

(77) A.S.T., “A expansão do ensino superior no Brasil”, **R.B.E.P.**, 36, (83) pág. 3.

(78) A.S.T., “A escola que o Brasil requer”, **Pensamento e ação**, pág. 277.

“salários regionais para os professores; divisão dos cursos a serem oferecidos pelas novas faculdades e universidades ou validez apenas regional dos seus diplomas. Para validez nacional, os diplomas das novas faculdades e universidades deveriam ser confirmados por algumas das sete universidades federais mais antigas, que poderiam exigir exames, estágios em suas instituições ou outras verificações que lhes parecessem necessárias.” (79)

A DEFINIÇÃO DA UNIVERSIDADE ACEITA:

“Estudos integrados dados em cooperação comum em várias escolas, entre as quais a de Filosofia seria a escola central”. (modelo germânico)

... “umas escolas completando as outras para o programa diversificado, mas uno de toda a universidade”. (80)

FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE:

Anísio Teixeira admite que seriam quatro as funções de uma universidade:

a) formação de profissionais;

Também poderiam exercer esta função, segundo o autor, outras escolas de nível superior. Cita ele o exemplo da URSS onde a universidade só forma o quadro de cientistas e de especialistas. (81)

b) prestação de serviços em estudos, assistência técnica e extensão universitária;

c) expansão do conhecimento humano através da pesquisa;

d) transmissão de uma cultura comum.

“Nisto é que a universidade brasileira mais falhou. Além de profissional, a universidade brasileira relativamente desinteressada pelo Brasil, não logrou constituir-se a transmissão de uma cultura comum nacional.” (82)

Será que tal falha resulta, entre outras coisas, da nossa persistência em importar cérebros ao invés de desenvolvê-los no país ?

(79) A.S.T., “A expansão do ensino superior no Brasil”, *R.B.E.P.*, 36, (83) pág. 3.

(80) A.S.T., “Possível modelo para a reforma da universidade”, *Educação no Brasil*, pág. 231.

Nota: Este conceito é modificado posteriormente; o autor define a universidade como: “centro de estudos da cultura nova em elaboração que deve descobrir e formular para ensinar”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 43.

(81) A.S.T., “A universidade e sua missão”, *Educação no Brasil*, pág. 234.

(82) *Ibidem*, pág. 235.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA:

“A autonomia da universidade não é uma concessão do Estado, mas decorrência lógica da natureza de suas funções.” (83)

“Nada disto poderia ela (a universidade) fazer sem autogoverno e ampla liberdade de tentar, experimentar a organizar e, além disso, julgar e avaliar seu próprio esforço. A autonomia faz-se assim a própria condição de vida universitária.” (84)

COMO DEVERIAM SER FORMADAS AS ESCOLAS ?

Anísio Teixeira cita, como exemplo, a criação da Escola de Direito nos E.U.A.

“Diante da necessidade de advogados a Escola de Direito foi organizada após tremendo esforço no sentido de levantar toda a jurisprudência dos juízes americanos e acumulá-la numa biblioteca enorme junto à escola. A partir daí, professores e alunos elaboraram o direito americano. “Nada de escolas enciclopédicas a estudar o direito do mundo inteiro.” (85)

UM MODELO PARA A REFORMA UNIVERSITÁRIA: AS ESCOLAS DE MEDICINA.

... “não nos falta um modelo para a reforma universitária. O ensino médico brasileiro é, indiscutivelmente, um caminho para isto.” (86)

“Em medicina é que se observa um propósito generalizado, consciente e de alto teor profissional, de que a Escola de Medicina de São Paulo se fez o modelo, acredito, reconhecido. Observem-se um pouco as conseqüências desse processo de avanço do ensino universitário brasileiro. É, primeiro, sem nenhuma dúvida possível, a escola de maior prestígio social, científico e profissional do Brasil. É a escola em que o aluno dificilmente consegue ser um estudante de tempo parcial. É a escola que exigiu e conseguiu instalações e equipamento razoavelmente adequados para o ensino. É a escola de maior consciência

(83) A.S.T., “Aspectos da Reconstrução da Universidade Latino-Americana”, *R.B.E.P.*, 37, (105) pág. 55.

(84) *Ibidem*, pág. 57.

(85) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, *R.B.E.P.*, 50, (111) pág. 42.

(86) A.S.T., “Possível modelo para a reforma da Universidade”, *Educação no Brasil*, pág. 232.

de que o ensino não se faz apenas em salas de aula. É escola tranqüilamente convencida de que, sem recursos, não se pode fazer ensino. É escola de ciência, de idéias, de saber mas também de experiência, de laboratórios, de atuação experimental e prática, prática longa distribuída por estágios e trabalho. Essa escola, em muitos de seus aspectos formais aparentemente idêntica às demais, o que explica algumas de suas contradições, fez a reforma universitária. Porque a fez, teve de se distanciar um pouco das demais, chegando a parecer arrogante em sua atitude defensiva, mantendo quase heroicamente os seus padrões, reduzindo corajosamente o número de seus alunos, reivindicando verbas razoáveis, constituindo as suas escolas, os seus laboratórios e os seus hospitais e fazendo, de modo apreciável pesquisa e ciência.” (87)

A GRADUAÇÃO DO ENSINO

1 — Diferentes graus de ensino superior:

Anísio Teixeira defende a idéia de que todos os alunos que concluíssem o ensino secundário e desejassem continuar a estudar seriam absorvidos, “para um curso introdutório, de nível superior, destinado a alargar-lhe a cultura geral recebida no nível secundário, dar-lhes uma cultura propedêutica para as carreiras acadêmicas ou profissionais, ou para treiná-los em carreiras curtas de tipo técnico.” (88)

Este curso chamado “básico” forneceria ao aluno “uma oportunidade para se examinar e se descobrir e fazer suas opções, ou de deixar a universidade por não ser feito para ela, ou de achar que lhe bastam os conhecimentos adquiridos, ou de escolher uma das carreiras acadêmicas ou uma das carreiras profissionais.” (89)

“Terminados esses cursos é que iria ele ser selecionado para os cursos regulares de graduação nas carreiras acadêmicas ou profissionais. Depois desta formação, nova seleção far-se-ia de imediato ou posteriormente, para a escola pós-graduada.” (90)

2 — Diferentes graus de curso; o professor polivalente;

(87) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, R.B.E.P., 50, (111) pág. 76.

(88) *Ibidem*, pág. 79.

(89) *Ibidem*, pág. 79.

(90) *Ibidem*, pág. 79.

Além disso, Anísio Teixeira defende a tese de que o professor deve lecionar cursos diferentes em grau de profundidade na especialidade para atender às necessidades diferentes de um curso para outro e de um aluno para outro.

“Cabe-lhe (ao professor) reger a sua disciplina em três níveis diferentes e em diversas variedades de programas. No nível básico, seu curso poderá ser propedêutico a algum curso profissional ou ao próprio curso acadêmico de sua disciplina, poderá ser de cultura básica para formação geral, correspondendo a uma iniciação científica ou humanística, ou poderá ser, ainda, um curso de conhecimento aplicado para alguma carreira curta; em nível acadêmico, o curso de especialização e treinamento científico ou humanístico para a formação do “scholar” ou seja, um profissional de conhecimento especializado; em nível pós-graduado terá que conduzir cursos avançados de preparo do professor superior ou pesquisador, interessado na descoberta do conhecimento novo em seu campo de especialidade. Por sua vez, o professor dos cursos profissionais terá de oferecer também cursos diferenciados, pois integrando escolas ou faculdades com diferentes cursos profissionais, o seu ensino deve acompanhar as necessidades dos seus alunos em cada curso profissional. Além disso, deverá ser capaz de dar cursos em nível especificamente profissional em nível pós-graduado, em que estará formando não o profissional do conhecimento aplicado e já existente mas o profissional original ou pesquisador, preocupado com o avanço do seu campo de conhecimento.” (91)

O ALUNO DA UNIVERSIDADE

“O estudante já não é aluno de um único grupo de professores em uma só escola com um único curso. É aluno de vários institutos, escolhendo ele próprio as disciplinas que vai cursar, na modalidade de sua preferência. (...) Esse “mundo” Universitário não é mais a “casa” ou a “família”, mas algo amplo e complexo que atua como um “meio” exigindo capacidade de adaptação e descoberta para cada um encontrar o seu caminho e se formar. O estudante deve ter iniciativa, imaginação e capacidade de esforço pessoal. O “meio” universitário o orienta de modo geral mas sobretudo o provoca e estimula para o estudo, que é tarefa sua a ser feita pelas leituras amplas e absorventes, pelos períodos árduos de laboratórios, pela experiência rica e estimulante, pela convivência mais com os colegas, os seus pares, do que mesmo com os professores”. (92)

(91) A.S.T., “Uma perspectiva da educação superior do Brasil”, R.B.E.P., 50, (111) pág. 80.

(92) *Ibidem*, pág. 80.

A UNIVERSIDADE QUE ANÍSIO TEIXEIRA PROPÕE

Atendendo a que Anísio Teixeira considera a universidade um instrumento para transformar o ensino brasileiro é importante analisar sua proposta descrita em "Escolas de Educação" (1969) (93) mas baseada em seu trabalho de 1932 na fundação da "Escola de Professores" depois denominada Instituto de Educação quando foi incorporada à Universidade do ex-Distrito Federal (1935).

O artigo "Escolas de Educação" foi usado porque vários autores como Gilberto Freire (94) e Péricles Madureira de Pinho (95) consideram a estrutura da Universidade do Distrito Federal (1935) um modelo de universidade em que as escolas são articuladas e inter-relacionadas.

Embora a proposta de Anísio Teixeira, aqui considerada, seja para um Instituto de Educação, os conceitos básicos podem, obviamente, ser adaptados a outras escolas.

(Cabe lembrar aqui, que na ocasião em que o artigo foi escrito não existiam ainda os cursos de pós-graduação. Nota-se também que o autor se preocupa em utilizar as técnicas de planejamento).

Um primeiro passo para a organização e estrutura da escola seria a definição de seus objetivos e de suas atividades:

"A escola de Educação é, (...), uma escola de prática de ensino para a formação do magistério e de estudos de educação para a sua cultura geral, bem como a formação de especialistas em educação e supervisores, conselheiros e administradores educacionais."

"Suas atividades serão as de ensinar a construção dos currículos, sílabos e programas de ensino, os modos e meios de conduzi-los controlar sua expansão e medir-lhes os resultados, o aconselhamento e orientação do aluno no processo de aprendizagem, a organização e funcionamento das escolas, tudo isto dentro do contexto de uma sociedade em mudança por força da explosão dos conhecimentos humanos, seguida de uma explosão tecnológica e de uma explosão de aspirações." (96)

(93) A. Teixeira, "Escolas de Educação", *R.B.E.P.*, 51, (114) pág. 239.

(94) Vários. *Pensamento e Ação*, pág. 120.

(95) Péricles M. de Pinho, "Os 70 anos de Anísio Teixeira", *R.B.E.P.*, 53 (118) pág. 356.

(96) A. Teixeira, "Escolas de Educação", *R.B.E.P.*, 51, (114) pág. 246.

A seguir, viria a preocupação com a inter-relação ensino-prática-pesquisa e com a formação adequada do aluno. Estas duas preocupações norteiam a estrutura da escola, a organização dos programas, a distinção entre os cursos etc.

RECURSOS NECESSÁRIOS

1 – O Instituto de Educação necessariamente exigiria, um Jardim de Infância, uma Escola primária e uma Escola secundária, que seriam “escolas anexas experimentais, de demonstração e de prática, dos níveis para cujo magistério forma professores representando tais escolas anexas verdadeiros laboratórios de pesquisa e prática”.

2 – Laboratórios especializados de psicologia aplicada, de testes e medidas e de tecnologia de ensino de tipo mecânico e eletrônico em fase de desenvolvimento. (97)

3 – Uma biblioteca que “terá naturalmente massa considerável de livros do conhecimento histórico e presente sobre educação, mas empenhar-se-á especialmente em uma biblioteca de revistas, dedicada à problemática educacional, devendo estar em condições de tomar conhecimento do que se está fazendo e estudando em parte substancial do Brasil.

“Coleções de leis, programas, planos, relatórios e trabalhos oficiais e particulares de cada sistema escolar, ou dos mais importantes, seriam parcela de alta prioridade da biblioteca”... (98)

A MANEIRA DE FORMULAR OS CURSOS

“Nenhum curso na escola será oferecido sem contar com massa considerável de estudos feitos e novas possibilidades de estudos de modo que não deixe de ser um curso de problemas, de pesquisas e de busca de solução.”

“A reunião de “material” para cada curso não compreende apenas livros, embora estes sejam parte significativa do curso, mas estudos e pesquisas feitos ou em marcha.”

“... o saber com que ela (a escola) vai lidar não é o que foi absorvido pelos professores e está em suas cabeças, mas um saber colecionado e documentado nesse “material” disponível para os estudos, compreendendo li-

(97) A. Teixeira, “Escolas de Educação”, **R.B.E.P.**, 51, (114), pág. 239.

(98) **Ibidem**, pág. 247.

vros, folhetos, revistas, publicações de trabalhos e resultados de estudos e pesquisas feitas fora da escola e mesmo nela. A escola é um centro que recolhe todo o material informativo e de cultura existente sobre o campo de estudos e os projetos de pesquisa preparados.” (99)

“Um curso é um projeto de trabalho que, além de toda essa tarefa prévia, se faz ele próprio um passo dessa busca por informação existente e pelo enriquecimento dessa informação pelo trabalho que, durante o curso se fará. Deste modo, cada curso será um passo para um curso mais avançado no futuro. O conhecimento humano será “levantado” e se irá crescendo em cada período, para se acompanhar o desenvolvimento fora da escola e dentro dela.” (100)

COMO PROMOVER A FORMAÇÃO INTEGRAL DA PERSONALIDADE DO ADOLESCENTE ?

Duas medidas são tomadas para proporcionar ao aluno uma formação mais completa, a inter-relação e articulação das disciplinas e a inclusão de disciplinas, tais como: Higiene e Puericultura, Trabalhos manuais e Noções de Direito público e privado.

Para efetuar a articulação e inter-relação das disciplinas, estas foram agrupadas por seções, confiando-se a sua direção a professores chefes, aos quais cabe:

- a) promover a unidade e a articulação do ensino das diferentes matérias da seção entre si;
- b) organizar, além dos cursos ordinários, outros de revisão e de graus mais avançados, que se tornem necessários;
- c) superintender e acompanhar a execução dos programas sugerindo a melhoria dos processos didáticos.

Estes professores chefes formarão um conselho técnico que promoverá, em ciclo mais elevado, a unidade cultural de todos os cursos da Escola. (101)

(99) *Ibidem*, pág. 247.

(100) A. Teixeira, “Escolas de Educação”, *R.B.E.P.*, 51 (114) pág. 248.

(101) *Ibidem*, pág. 248.

A DIFERENCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ACORDO COM OS DIVERSOS TIPOS E GRAUS DE PROFISSIONAIS A SEREM FORMADOS:

Anísio Teixeira faz distinção entre o curso que formará os professores dos primeiros anos (1º, 2º e 3º) e os professores dos dois últimos anos (4º e 5º).

Esta distinção “se impõe, não somente como necessidade da organização escolar, diversa em um e outro período, como ainda pela transição psicológica e de desenvolvimento físico dos alunos”.

“Além dessa diferenciação, (...) tornou-se necessário promover a formação de professores especiais, ainda primários, para música, desenho e artes industriais e domésticas, educação física e saúde.”

Cada tipo de ensino: o ensino dos primeiros anos primários, e dos anos intermediários, o especializado primário, todas as especializações do grau secundário, profissional e superior, exige, necessariamente, cursos adequados para o preparo dos respectivos mestres. (102)

O programa, de modo geral, deve compreender cursos das seguintes espécies:

a) Cursos de fundamentos profissionais — em que se devem incluir os que oferecem conhecimentos gerais e preliminares para a prática educativa, como de Biologia educacional, Sociologia educacional etc.

b) Cursos específicos, de conteúdo profissional — como os cursos de matéria de ensino especializado.

c) Cursos de Integração Profissional — em que se incluem todos os cursos de técnica educativa ou de filosofia ou cultura geral educativa, que ministram os elementos científicos dos métodos, a sua prática e, ainda, a cultura geral relativa à profissão, como os cursos de Psicologia educacional, de Testes e medidas, de Administração, de técnicas de ensino, de Filosofia e História da Educação e de Observação, Participação e Prática de ensino. (103)

(102) A. Teixeira, “Escolas de Educação”, R.B.E.P., 51, (114) pág. 250.

(103) *Ibidem*, pág. 254.

OS CURSOS ESPECÍFICOS

“A organização de um curso de matéria ministrado do ponto de vista do seu ensino, em determinado grau escolar, deverá representar, sobretudo, um trabalho de seleção dos pontos atacados pelo ensino naquele grau.”
(104)

COMO PROMOVER A COORDENAÇÃO DE TODOS OS DEPARTAMENTOS E O DEPARTAMENTO DE PRÁTICA DE ENSINO: (105)

1 — Todos os cursos devem ser discutidos nos seus objetivos e programas, perante todos os professores, pelos que os vão dar;

2 — Os professores dos diferentes departamentos devem ter conferências freqüentes com os professores das escolas de prática para organizar mais efetivamente a prática das teorias e métodos ensinados;

3 — Todos os cursos devem ser dados tendo-se sempre presente o fim primordial da escola — preparar o magistério — reconhecendo-se que o teste definitivo desse preparo está na prática;

4 — Os professores dos diferentes departamentos devem trocar relatórios com os professores das disciplinas práticas, fornecendo indicações precisas do estágio de seus alunos.

NOTAS:

É um dever esclarecer que os temas aqui abordados o são de maneira muito mais ampla nos trabalhos originais do autor, os quais possuem uma riqueza muito grande de idéias de fácil compreensão.

Vale mencionar que a maioria dos trabalhos estudados foram escritos na década de sessenta quando o autor exercia os cargos de Secretário-Geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e como Diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

(104) *Ibidem*, pág. 255.

(105) A. Teixeira, “Escolas de Educação”, *R.B.E.P.*, 51, (114) pág. 258.

Anísio Teixeira era um grande admirador do ensino norte-americano nos seus conceitos básicos, como ele próprio afirma:

“O ensino de amanhã será, a meu ver, em grande parte um desenvolvimento e um aperfeiçoamento de muitas das tendências hoje visíveis no sistema norte-americano de educação.” (106)

Anísio Spínola Teixeira faleceu em março de 1 971.

BIBLIOGRAFIA

“CONDIÇÕES PARA A RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA”.

Rev. Bras. Est. Ped., 19 (49): 3, jan./mar. (1 953).

“EDUCAÇÃO NO BRASIL”. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1 976. Atualidades Pedagógicas, vol. 132. Notas sobre a Universidade Brasileira, pág. 229.

“UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL”. **Rev. Bras. Est. Ped.**, 50 (111): 21/82, jul./set. (1 968).

“EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL”. **Rev. Bras. Est. Ped.**, 36 (83): 3/5, jul./set., (1 961).

“ANÁLISE DO SISTEMA BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO: ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS”. **Rev. Bras. Est. Ped.**, 37 (86): 93/105, abr./junho. (1 962).

“ASPECTOS DA RECONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE LATINO-AMERICANA”. **Rev. Bras. Est. Ped.**, 47 (105): 55/67, jan./mar. (1 967).

“CONFRONTO ENTRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS EUA E NO BRASIL”. **Rev. Bras. Est. Ped.**, 33 (78): 63/74, abr./jun. (1 960).

“A ADMISSÃO AO ENSINO SUPERIOR”. CAPES, 111: 1 (fev.) (1 962).

“A COMUNHÃO UNIVERSITÁRIA”. Pensamento e ação (ref. 13) pág. 293.

“MESTRES DE AMANHÃ”, **Rev. Bras. Est. Ped.**, 40 (92): 10/19, out./dez. (1 963).

(106) A. Teixeira, “Confronto entre a Educação superior dos E.U.A. e do Brasil” **R.B.E.P.**, 33, (78) pág. 74.

- “O PROBLEMA DE FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO”. *Rev. Bras. Est. Ped.*, **46** (104): 278/287, out./dez. (1 966).
- “ESCOLAS DE EDUCAÇÃO”. *Rev. Bras. Est. Ped.*, **51** (114): 239/259, abr./jun. (1 969).
- “PENSAMENTO E AÇÃO”. (por um grupo de professores e educadores brasileiros). Retratos do Brasil, vol. 3. Ed. Civilização Brasileira, S/A. Rio de Janeiro (1 960).
- “OS 70 ANOS DE ANÍSIO TEIXEIRA”. *Rev. Bras. Est. Ped.*, **53** (118): 356. abr./jun. (1 970).
- “DEPOIMENTOS SOBRE ANÍSIO TEIXEIRA”. *Rev. Bras. Est. Ped.*, **55** (121): 131/146, jan./mar. (1 970).
- “HOMENAGEM À ANÍSIO TEIXEIRA”. *Rev. Bras. Est. Ped.*, **55** (121): 102, jan./mar. (1 971).
- “TEIXEIRA, ANÍSIO. EDUCAÇÃO NO BRASIL”. *Rev. Bras. Est. Ped.*, **55** (121): 127/130, jan./mar. (1 971).
- “VALORES PROCLAMADOS E VALORES REAIS NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES BRASILEIRAS”. *Rev. Bras. Est. Ped.*, **37** (86): 59/79, abr./junho. (1 962).
- “PADRÕES DE EDUCAÇÃO E CULTURA”. Conferência feita em 1 954 no MEC. Educação no Brasil (ref. 2) pág. 76.